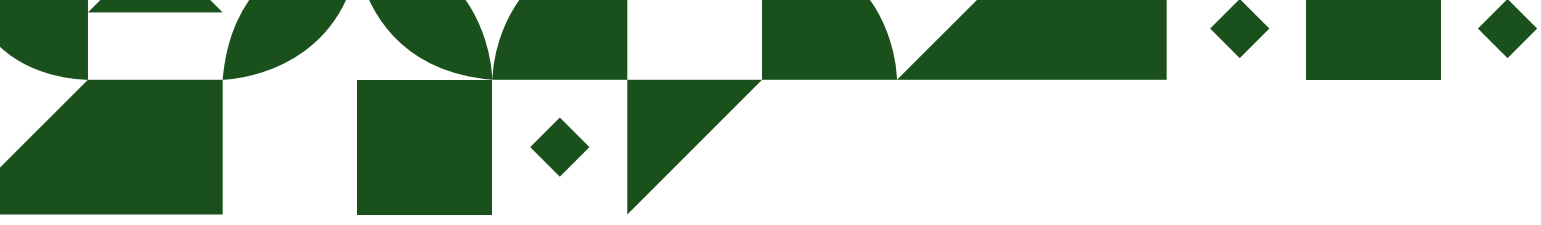


Recomendações do Conselho  
de Desenvolvimento Econômico  
Social Sustentável sobre os

# Mapas do Caminho Global

# Sumário

<b>1. RESUMO EXECUTIVO</b> .....	<b>4</b>
<b>2. PRINCIPAIS EIXOS TEMÁTICOS</b> .....	<b>5</b>
<b>2.1. 2.1. DEPENDÊNCIA FISCAL E REFORMA DE SUBSÍDIOS</b> .....	<b>5</b>
I. PROBLEMA IDENTIFICADO .....	<b>5</b>
II. RECOMENDAÇÕES.....	<b>5</b>
III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS .....	<b>6</b>
<b>2.2. FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E MECANISMOS INOVADORES</b> .....	<b>6</b>
I. PROBLEMA IDENTIFICADO .....	<b>6</b>
II. RECOMENDAÇÕES:.....	<b>6</b>
III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS.....	<b>6</b>
<b>2.3. PLANEJAMENTO INTEGRADO, INFRAESTRUTURA E INOVAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
I. PROBLEMA IDENTIFICADO .....	<b>6</b>
II. RECOMENDAÇÕES:.....	<b>7</b>
III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS .....	<b>7</b>
<b>2.4. GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSIÇÃO JUSTA</b> .....	<b>7</b>
I. PROBLEMA IDENTIFICADO .....	<b>7</b>
II. RECOMENDAÇÕES:.....	<b>8</b>
III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS .....	<b>8</b>
<b>2.5. PROTEÇÃO DOS BIOMAS, BIOECONOMIA, SOCIOBIOECONOMIA E ECONOMIA CIRCULAR</b> .....	<b>8</b>
I. PROBLEMA IDENTIFICADO .....	<b>8</b>
II. RECOMENDAÇÕES:.....	<b>9</b>
III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS:.....	<b>9</b>
<b>3. RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A PRESIDÊNCIA DA COP 30</b> .....	<b>10</b>
<b>4. RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DE CADA CONSELHEIRO</b> .....	<b>11</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>13</b>
<b>NOTAS FINAIS</b> .....	<b>14</b>



Recomendações de Grupo de Conselheiros do (CDESS), o “Conselhão”, para os Mapas do Caminho Global liderados pela Presidência da COP30. Documento elaborado a partir de recomendações feitas por conselheiros e compilado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Meio Ambiente (CMADS).



# 1. Resumo Executivo

O presente documento consolida as contribuições de Conselheiras e Conselheiros recebidas pela Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão), o CDESS, no âmbito do “Mapa do Caminho Global”. As recomendações foram reorganizadas em eixos temáticos e calibradas para oferecer orientações estratégicas à Presidência da COP30. As propostas convergem para a eliminação gradual dos subsídios aos fósseis, expansão de mecanismos de financiamento e blended finance (financiamento híbrido), fortalecimento da governança social, integração de economia circular e bioeconomia, proteção dos biomas e promoção de uma transição justa em nível global. Ao longo do documento são apontadas as implicações políticas e operacionais de cada recomendação.



## 2 Principais Eixos Temáticos

### 2.1. DEPENDÊNCIA FISCAL E REFORMA DE SUBSÍDIOS

#### I. PROBLEMA IDENTIFICADO

Subsídios explícitos e implícitos aos combustíveis fósseis, somados às receitas de royalties, criam dependência fiscal, distorcem preços e retardam a descarbonização. O Fundo Monetário Internacional - FMI estima US\$ 7 trilhões em subsídios globais<sup>1</sup> e o Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC aponta que R\$ 47 bilhões em benefícios fiscais no Brasil em 2024 foram destinados a fósseis<sup>2</sup>.

#### II. RECOMENDAÇÕES

- Eliminação gradual dos subsídios aos fósseis e reforma tributária ambiental – Estabelecer cronograma de eliminação de subsídios diretos e indiretos, começando pelos incentivos fiscais regressivos (isenções tributárias e renúncias). Promover a sustentabilidade por meio de instrumentos fiscais e regulatórios que incentivem a descarbonização da matriz energética e o uso de combustíveis de baixa intensidade de carbono. Adotar imposto seletivo sobre combustíveis fósseis e revisar benefícios tributários a cada cinco anos, com base em eficiência e impactos climáticos. Redirecionar recursos economizados para subsídios a energias renováveis, pesquisa em armazenamento e políticas sociais compensatórias.
- Criação de novas bases fiscais verdes – Desenvolver imposto sobre carbono que inclua emissões de escopo 3 (especialmente petróleo exportado) e instrumentos de captura de renda para energias limpas. Vincular parte da arrecadação a fundos de transição justa, habitação, saneamento, mobilidade e requalificação profissional. Incentivar taxações diferenciadas para materiais virgens, internalizando externalidades ambientais.

- Promoção de combustíveis sustentáveis para descarbonização do transporte - Em alinhamento ao Compromisso de Belém pelos Combustíveis Sustentáveis (Belém 4x) e à iniciativa para Combustíveis Sustentáveis e Mobilidade (ISFM), estabelecer políticas fiscais e regulatórias que incentivem a ampliação da produção e do uso de combustíveis sustentáveis, incluindo biocombustíveis e biogases. Priorizar a integração com tecnologias híbridas e eletrificadas, potencializando a redução de emissões no setor de transportes e incentivando a produção e o uso locais de combustíveis sustentáveis.

- Transparência e auditoria dos incentivos – Criar plataforma pública de transparência sobre subsídios fósseis e atividades de lobby, para permitir controle social e reduzir captura institucional. Exigir que empresas divulguem beneficiários de incentivos e relatórios de alinhamento com metas climáticas.

- Reorientação do sistema financeiro público – Promover a substituição gradual, previsível e faseada do crédito à indústria de combustíveis fósseis por instrumentos voltados à expansão de energias limpas, incluindo fontes solar, eólica, hidrelétrica e bioenergia. Estabelecer critérios de elegibilidade regulatória, adequada sinalização aos agentes econômicos e mitigação de riscos macroeconômicos.

## 2. Principais Eixos Temáticos

### III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS

A reforma de subsídios enfrenta resistência de grupos econômicos e políticos ligados aos combustíveis fósseis; por isso, sua implementação deve ser gradual e acompanhada de políticas de compensação. A eliminação de subsídios também deve estar integrada a uma estratégia de arrecadação com energia limpa para evitar queda brusca de receitas públicas e financiar direitos sociais. A transparência sobre subsídios fortalece a legitimidade do governo perante a sociedade.

## 2.2. FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E MECANISMOS INOVADORES

### I. PROBLEMA IDENTIFICADO

A escala de investimentos necessária para a transição energética e ecológica supera a capacidade de investimento público. Ao mesmo tempo, o financiamento climático global é insuficiente e desigual, por isso foi lançado o Roteiro Baku-Belém para levantar US\$ 1,3 trilhão por ano para países em desenvolvimento<sup>3</sup>. No Brasil, projetos inovadores como armazenamento, hidrogênio verde e eletrificação enfrentam altos custos de capital e ausência de instrumentos de mitigação de riscos.

### II. RECOMENDAÇÕES:

- Adotar estratégias de blended finance – Desenvolver estruturas de financiamento híbrido que combinem capital concessional, garantias e instrumentos de mitigação de risco para atrair investimento privado. Inspirar-se em iniciativas como EcolInvest e ampliar parcerias com bancos multilaterais, fundos soberanos e investidores institucionais. Priorizar projetos de adaptação e mitigação em territórios vulneráveis, incluindo biomas brasileiros e infraestrutura de circularidade.
- Implementar o Roteiro Baku-Belém – Liderar a articulação internacional para cumprir a meta de mobilização de US\$ 1,3 trilhão/ano até 2035, defendendo que parte substantiva desses recursos seja canalizada para países do Sul Global com elevado potencial de renováveis, como o Brasil. Propor mecanismos de geração de espaço fiscal, concessionalidade e alívio de dívidas atreladas aos hidrocarbonetos.

- Criação de taxonomia verde com critérios de circularidade – Estabelecer parâmetros de classificação de investimentos sustentáveis que incorporem não apenas emissões, mas também intensidade material, conteúdo reciclado, reparabilidade e regeneração. Essa taxonomia deve orientar concessão de crédito, emissão de títulos verdes e compras públicas.

- Fortalecer bancos de desenvolvimento e fundos públicos – Expandir linhas de crédito de longo prazo para energias renováveis, armazenamento, economia circular e digitalização da rede. Criar fundos de infraestrutura de circularidade (coleta seletiva, logística reversa, remanufatura) equivalentes a investimentos em saneamento básico.

### III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS

A mobilização de financiamento internacional requer diplomacia ativa e coordenação entre ministérios (Fazenda, Planejamento, Meio Ambiente e Relações Exteriores). A taxonomia verde precisa ser harmônica com padrões internacionais para evitar greenwashing e garantir acesso a capital externo. A gestão dos fundos deve assegurar transparência e participação de comunidades beneficiárias para evitar conflitos socioambientais.

## 2.3. PLANEJAMENTO INTEGRADO, INFRAESTRUTURA E INOVAÇÃO

### I. PROBLEMA IDENTIFICADO

O planejamento energético brasileiro ainda prevê expansão de térmicas fósseis e carece de metas claras para armazenamento, digitalização e eletrificação. Subsídios e leilões inadequados perpetuam a dependência de combustíveis fósseis<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, a infraestrutura de transmissão e distribuição é limitada para integrar a rápida expansão de eólicas e solares<sup>5</sup>. A produção e uso de materiais permanecem lineares, resultando em emissões ocultas.

### II. RECOMENDAÇÕES:

- Estabelecer metas vinculantes de energia limpa – Definir meta de 100% de eletricidade renovável até 2035, com cronograma para eliminação de termelétricas fósseis e sua substituição por soluções renováveis (biomassa, biodiesel, hidrogênio verde). Fixar metas de eletrificação da mobilidade e da indústria, inclusão de armazenamento (baterias, bombeamento reverso, hidrogênio), resposta da demanda e digitalização da rede.
- Modernizar a infraestrutura elétrica – Investir em modernização da rede com medição inteligente, sistemas de despacho dinâmico e sinalização locacional/hora de tarifa. Integrar geração distribuída de forma a reduzir perdas, adiar expansão de linhas e ampliar a democratização energética. Incentivar hibridização (solar + eólica + armazenamento) e soluções de geração distribuída em comunidades vulneráveis. Garantir critérios de circularidade na cadeia de manufatura, uso e descarte de equipamentos e infraestruturas de eletrificação, incluindo painéis solares, turbinas eólicas e baterias, de modo a reduzir impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dessas tecnologias.
- Integração de economia circular e design sistêmico – Incluir indicadores de intensidade material e metas de circularidade no Plano Clima e nas Nationally Determined Contribution - NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada). Estabelecer requisitos de projetabilidade circular (reparabilidade, desmontabilidade, conteúdo reciclado) em setores prioritários (construção, embalagens, veículos) e passaportes digitais de produtos. Criar projetos piloto de descomissionamento de ativos fósseis e aposentadoria precoce de usinas, inspirando-se em programas do Sudeste Asiático.
- Fomentar inovação tecnológica e digitalização – Incentivar pesquisa e desenvolvimento em armazenamento, redes inteligentes, inteligência artificial para gestão da demanda, hidrogênio verde e combustíveis sustentáveis de aviação. Implantar programas de formação técnica para trabalhadores em novas tecnologias e promover parcerias entre universidades, empresas e governos.

- Fortalecer a integração energética e produtiva regional – Impulsionar a integração física, energética e econômica na América do Sul, ampliando a segurança energética regional e a proteção ambiental, especialmente do bioma amazônico. Promover a interconexão de sistemas energéticos, o desenvolvimento de cadeias produtivas de baixo carbono e a cooperação em pesquisa, tecnologia e inovação.

### III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS

A fixação de metas vinculantes exige revisão do planejamento energético e das políticas industriais, superando a visão de expansão fóssil. A modernização da rede implica investimentos públicos e privados e regulação que reconheça os benefícios sistêmicos da geração distribuída. A adoção de economia circular altera padrões produtivos e requer parceria com setor privado e consumidores. Programas de inovação precisam ser acompanhados de estratégias de qualificação da força de trabalho.

### 2.4. GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSIÇÃO JUSTA

#### I. PROBLEMA IDENTIFICADO

A grande presença institucional do setor fóssil e a ausência de participação social qualificada limitam a legitimidade das políticas de transição. Trabalhadores e comunidades dependentes dos combustíveis fósseis enfrentam incerteza e risco de perda de renda. A transição justa não pode ser homogênea, deve refletir diferentes pontos de partida entre países e regiões.

## 2. Principais Eixos Temáticos

### II. RECOMENDAÇÕES:

- Fortalecer conselhos econômicos e sociais – Expandir a atuação do Conselho e de instâncias similares (Conselhos Econômico-Sociais, AICESIS, CESE, EcoSoc) para coordenar a formulação de roadmaps e mediar conflitos entre setores (ONGs, indústrias, agronegócio, trabalhadores). Estabelecer espaços permanentes de diálogo multissetorial para definir metas de transição justa, mecanismos de compensação e distribuição de benefícios.
- Garantir participação de movimentos sociais e sindicatos – Incluir representantes de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, trabalhadores e juventude nas etapas de planejamento e implementação. Reconhecer o princípio “poluidor-pagador” e responsabilizar empresas pelo financiamento da transição. Criar planos de reindustrialização para regiões dependentes de fósseis e programas de requalificação profissional.
- Integrar direitos humanos às negociações climáticas – Incorporar compromissos com direitos humanos, equidade de gênero e justiça racial nas decisões da COP 30. Desenvolver um plano nacional de transição justa que aborde habitação, saneamento, saúde, educação, mobilidade e lazer como pilares para reduzir desigualdades. Assegurar que os países do Norte Global financiem a maior parte dos custos da transição, em reconhecimento à responsabilidade histórica.
- Adotar cronograma diferenciado para países – Definir um roadmap global que reconheça diferentes pontos de partida e estabeleça cronogramas de eliminação de fósseis mais rápidos para nações ricas e gradativos para países mais pobres. Incluir cláusulas de transferência de tecnologia e apoio técnico para países exportadores de matérias-primas subirem na cadeia de valor circular.

### III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS

A criação de conselhos e espaços participativos requer vontade política e recursos para capacitação e facilitação. Incorporar direitos humanos nas negociações climáticas amplia a legitimidade da COP30, mas pode enfrentar resistência de países com visões distintas. A transição justa internacional envolve complexas negociações sobre financiamento e cronogramas; o Brasil deve articular uma posição de liderança do Sul Global.

## 2.5. PROTEÇÃO DOS BIOMAS, BIOECONOMIA, SOCIOBIOECONOMIA E ECONOMIA CIRCULAR

### I. PROBLEMA IDENTIFICADO

Os biomas brasileiros – Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica –, observadas as suas peculiaridades, sofrem impactos crescentes do desmatamento, das secas, dos incêndios e da perda de biodiversidade<sup>6</sup>. Esses ecossistemas são fundamentais para a regulação climática global e para a economia circular, fornecendo recursos biológicos e serviços ecossistêmicos. A degradação ambiental enfraquece a credibilidade do país nas negociações climáticas e compromete a transição ecológica. Ainda, a ausência de governança territorial participativa e de abordagem diferenciada nas políticas climáticas compromete a efetividade da transição ecológica. Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PICTAFs), bem como populações urbanas vulneráveis – especialmente em periferias e favelas –, estão entre os mais expostos aos eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, são os menos contemplados por políticas de mitigação e adaptação. A intensificação de ondas de calor, tempestades e desastres evidencia a insuficiência de infraestrutura básica, como saneamento e moradia adequada, além da falta de planejamento para resposta e recuperação pós-desastres. A ausência de metas claras e territorializadas agrava as desigualdades socioambientais, tornando urgente a incorporação de critérios de equidade, adaptação e proteção social nas estratégias de transição.

### II. RECOMENDAÇÕES:

- Zero desmatamento e restauração em larga escala – Implementar políticas rigorosas de combate ao desmatamento ilegal, fortalecer fiscalização e promover cadeias produtivas livres de desmatamento. Expandir o "Arco da Restauração" para recuperar milhões de hectares com espécies nativas, criando empregos sustentáveis e reduzindo emissões. Vincular os projetos de restauração a mecanismos de pagamento por serviços ambientais e financiá-los com recursos nacionais e internacionais.
- Valorização econômica dos serviços ecossistêmicos – Desenvolver instrumentos de remuneração internacional pelos serviços prestados pelos biomas brasileiros (manutenção do regime de chuvas, sequestro de carbono, biodiversidade). Cobrar compromisso financeiro de países emissores para apoiar a conservação e adaptação. Incorporar a proteção dos biomas na contabilidade econômica nacional e nos planos de desenvolvimento regional.
- Bioeconomia circular como vetor de desenvolvimento – Investir em pesquisa e desenvolvimento de produtos florestais não madeireiros, farmacêuticos, cosméticos e alimentos que valorizem a biodiversidade. Criar programas de bioeconomia em parceria com comunidades tradicionais, empresas e academia, garantindo repartição justa de benefícios. Integrar bioeconomia e economia circular, promovendo produção e consumo sustentáveis, reutilização de biomassa e valorização de resíduos.
- Infraestrutura de circularidade e resíduos – Construir infraestrutura pública de coleta seletiva, triagem, reciclagem e logística reversa em todo o país. Apoiar cooperativas de catadores e empresas de reciclagem, garantindo dignidade e renda. Estabelecer padrões para embalagens reutilizáveis ou recicláveis e proibir produtos de uso único não recicláveis.

### III. POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E OPERACIONAIS:

A proteção dos biomas requer cooperação federativa e articulação com governos estaduais e municipais. Instrumentos de pagamento por serviços ambientais dependem de acordos internacionais e de transparência na governança local. A bioeconomia circular necessita de incentivos regulatórios e acesso a mercados, bem como de salvaguardas para proteger conhecimentos tradicionais e evitar biopirataria.



# 3. Recomendações Prioritárias para a Presidência da COP 30

**I. Anunciar um cronograma de eliminação de subsídios fósseis** – Publicar compromisso de eliminar gradualmente subsídios e incentivos fiscais aos combustíveis fósseis até 2030, redirecionando recursos para energias renováveis e proteção social. Essa medida demonstrará liderança ao endereçar a principal barreira identificada pelos conselheiros. O Brasil pode liderar essa agenda ao apresentar seu próprio roadmap e fomentar sua adoção na COP30 e nas conferências subsequentes.

**II. Liderar a implementação do Roteiro Baku-Belém para US\$ 1,3 trilhão** – Convocar países desenvolvidos a cumprir a meta de financiamento climático até 2035<sup>7</sup>. Propor mecanismos de alívio de dívidas atreladas a hidrocarbonetos e defender alocação prioritária para países do Sul Global com alta ambição climática.

**III. Estabelecer meta nacional de 100% de eletricidade renovável** – Assumir meta de atingir 100% de renováveis na matriz elétrica até 2035, com cronograma de eliminação de termelétricas fósseis e ampliação de armazenamento e infraestrutura inteligente.

**IV. Lançar um plano nacional de transição justa e economia circular** – Apresentar plano que integre direitos humanos, qualificação profissional, proteção social, economia circular e bioeconomia. Incorporar metas de intensidade material e indicadores de circularidade às NDCs. Estabelecer requisitos de design circular para setores prioritários.

**V. Fortalecer a governança participativa** – Criar um Conselho de Transição Justa envolvendo governo, sociedade civil, empresas e trabalhadores para monitorar a implementação do roadmap nacional e orientar posicionamentos pactuados na COP 30. Fomentar a participação de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAF) nas decisões.

**VI. Impulsionar proteção e remuneração dos biomas** – Anunciar compromisso de zerar o desmatamento ilegal antes de 2030, ampliar a restauração ecológica de áreas degradadas e estabelecer mecanismos de pagamento internacional por serviços ecossistêmicos. Convidar países parceiros a cofinanciar a conservação da Amazônia e de outros biomas.

**VII. Promover cooperação Sul-Sul e transferência de tecnologia** – Propor plataforma de cooperação com países da América Latina, África e Ásia para compartilhar experiências brasileiras (leilões de renováveis, programas de biocombustíveis, integração de fontes complementares, geração distribuída) e receber tecnologias de design circular e armazenamento.

**VIII. Criar mapa do caminho nacional para eliminação de combustíveis fósseis** – Estabelecer metas intermediárias e horizonte de transição até 2050, integrando políticas energéticas, industriais e climáticas, com monitoramento transparente e alinhamento às NDCs.



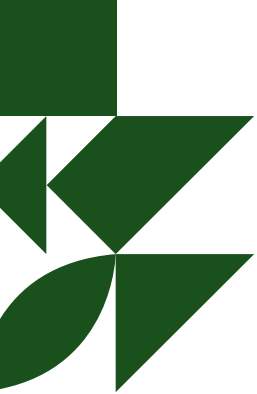
# 4 ■ Resumo das Recomendações de cada Conselheiro

Embora as seções anteriores sintetizem coletivamente as sugestões enviadas por Conselheiros e Conselheiras do CDESS, a tabela a seguir resume as recomendações destacadas por cada conselheiro que contribuiu para o Mapa do Caminho Global. Esse resumo individualizado atende ao pedido de registrar a diversidade de perspectivas, sem prejuízo da abordagem integrada do documento.

Conselheiro(a)	Principais Recomendações
<b>Marcel Fukayama</b>	Eliminar subsídios aos combustíveis fósseis, adotando blended finance para atrair capital privado e ampliar iniciativas como EcoInvest; fortalecer conselhos econômico-sociais e a participação popular na transição justa; destacar o protagonismo do Brasil graças à sua matriz renovável; alertar para riscos ao Pantanal e à Amazônia e impulsionar programas como Ecoinvest, BIP e planos de clima e adaptação.
<b>Fernanda Delgado</b>	Acabar com subsídios à indústria fóssil e desenvolver fase-out do petróleo na produção e no consumo; investir em transmissão e eletrificação; promover campanhas de conscientização sobre os efeitos das emissões; tomar o setor de etanol como referência de políticas bem-sucedidas; exigir que empresas internalizem custos ("sujador-pagador"); e reforçar programas como RenovaBio, leilões de eólica e solar e integração do sistema elétrico nacional.
<b>Caetano Scannavino</b>	Reconhecer barreiras culturais e estruturais que dificultam a transição; propor redução gradual das emissões combinada com mudanças socioeconômicas profundas; defender que o Brasil harmonize desenvolvimento e conservação para se tornar referência; ressaltar a importância do diálogo multissetorial no Conselhão; e encaminhar contribuições mais detalhadas para o roadmap nacional.
<b>Marcele Oliveira</b>	Finalizar subsídios aos fósseis e promover energia descentralizada; firmar acordos internacionais vinculantes e impulsionar inovação em armazenamento e combustíveis limpos; adotar boas práticas de roteiros globais e nacionais como referência; assegurar transição justa baseada em equidade e transferências tecnológicas; reconhecer a liderança estratégica do Brasil e os impactos severos nos biomas; divulgar experiências como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.
<b>Natalie Unterstell</b>	Reduzir a dependência fiscal do Estado de receitas de combustíveis fósseis por meio de taxação progressiva e criação de fundos soberanos; alinhar planejamento energético às metas climáticas e abandonar a expansão de petróleo; conceber políticas de transição que combinem instrumentos econômicos, metas claras e participação social; alertar para a crescente vulnerabilidade da Amazônia e do Pantanal; e citar a Política Nacional sobre Mudança do Clima e planos setoriais como modelos de governança.

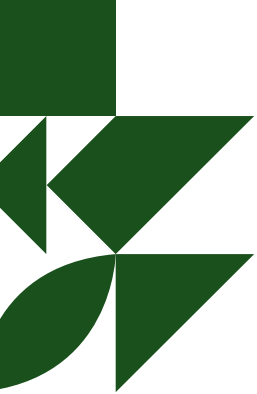
#### 4. Resumo das Recomendações de cada Conselheiro

Conselheiro(a)	Principais Recomendações
<b>Luísa Santiago</b>	Expandir o debate de transição para além do setor de energia, incorporando a economia circular e os três princípios de eliminação de resíduos, manutenção de materiais em uso e regeneração da natureza; garantir justiça social na distribuição de recursos materiais e inclusão de trabalhadores da reciclagem; destacar a posição estratégica do Brasil para liderar a circularidade graças à biodiversidade e à experiência em reciclagem de alumínio; e valorizar os biomas como pilares da economia circular global.
<b>Mônica Veloso</b>	Enfrentar barreiras institucionais, tecnológicas e sociais por meio de políticas de reindustrialização verde e modernização da infraestrutura; definir rotas tecnológicas múltiplas (hidrogênio, captura de carbono, biocombustíveis) e linhas de financiamento para adaptação; fortalecer participação social e capacitação profissional; promover cooperação internacional para transferência de tecnologia; e posicionar o Brasil como líder natural de uma política nacional de transição energética justa e economia circular.
<b>Rodrigo Lopes Sauaia</b>	Fortalecer a transição energética global: reduzir subsídios a combustíveis fósseis e redirecionar recursos para fontes renováveis (solar, eólica, biomassa); alinhar planejamento energético às metas climáticas em todos os níveis; ampliar e modernizar a infraestrutura elétrica; expandir o acesso a financiamento para tecnologias sustentáveis; incentivar a eletrificação dos setores produtivos e a produção de hidrogênio verde; acelerar a mobilidade elétrica; investir em digitalização e inteligência na rede; e ampliar o armazenamento de energia e mercados de flexibilidade.
<b>Adriana Marcolino</b>	Superar barreiras financeiras garantindo recursos para reconversão produtiva e requalificação; ampliar a participação de movimentos sociais e sindicatos no desenho de políticas; desenvolver estudos e diálogos sobre transição justa em regiões dependentes do carvão mineral; tratar a transição como oportunidade de desenvolvimento sustentável e empregos verdes; e reforçar a liderança do Brasil graças à sua matriz renovável e influência regional.
<b>Mahatma Ramos dos Santos</b>	Reorientar o debate internacional da eliminação isolada dos combustíveis fósseis para a promoção da transição energética justa, considerando as especificidades nacionais e o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas; destacar o papel estratégico do setor de óleo e gás na economia, na segurança energética e na geração de emprego e renda; enfatizar a centralidade do Estado no planejamento e a necessidade de integrar políticas energética, industrial e de trabalho, com incorporação de metas e indicadores de emprego na transição.



## 5. Considerações Finais

A transição energética, ecológica e climática não é um processo exclusivamente tecnológico; trata-se de uma reconfiguração profunda de sistemas econômicos, fiscais, sociais e culturais. As contribuições dos conselheiros evidenciam convergência na necessidade de eliminar subsídios fósseis, mobilizar financiamento e garantir uma transição justa que respeite as diferenças entre países. Há reconhecimento de que o Brasil possui vantagens estratégicas para liderar – uma matriz elétrica predominantemente renovável<sup>8</sup>, potencial de bioeconomia e papel geopolítico na COP30 – mas isso exige alinhamento entre discurso e prática, compatibilizando o planejamento energético com metas climáticas e priorizando a proteção dos biomas. O sucesso do “Mapa do Caminho Global” dependerá da capacidade de articular essas frentes de forma integrada, aproveitando a COP 30 como catalisador de compromissos concretos.



# Notas Finais

<sup>1</sup> Subsídios aos combustíveis fósseis dispararam para um recorde de US\$ 7 trilhões - <https://www.imf.org/en/blogs/articles/2023/08/24/fossil-fuel-subsidies-surged-to-record-7-trillion>

<sup>2</sup> Estudo: combustíveis fósseis têm três vezes mais subsídios que renováveis - <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/nacional/brasil/estudo-combustiveis-fosseis-tem-tres-vezes-mais-subsidios-que-renovaveis/>

<sup>3</sup> Roteiro Baku-Belém para 1.3T - <https://unfccc.int/topics/climate-finance/workstreams/baku-to-belem-roadmap-to-13t#:~:text=Background>

<sup>4</sup> Estudo: combustíveis fósseis têm três vezes mais subsídios que renováveis - <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/nacional/brasil/estudo-combustiveis-fosseis-tem-tres-vezes-mais-subsidios-que-renovaveis/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo%2C,1%20%C3%A9%20gasto%20com%20renov%C3%A1veis>

<sup>5</sup> Infraestrutura de geração, transmissão e distribuição de energia - <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/brazil-power-generation-transmission-and-distribution-infrastructure#:~:text=Power%20Generation%2C%20Transmission%20and%20Distribution,Infrastructure>

<sup>6</sup> A Amazônia está perto de um ponto de inflexão: precisamos urgentemente de soluções baseadas na natureza - <https://www.weforum.org/stories/2023/12/the-amazon-is-near-a-tipping-point-the-urgent-need-for-nature-based-solutions-wef24/#:~:text=,change%20and%20land%20use%20changes>

<sup>7</sup> Roteiro Baku-Belém para 1.3T - <https://unfccc.int/topics/climate-finance/workstreams/baku-to-belem-roadmap-to-13t#:~:text=Background>

<sup>8</sup> Infraestrutura de geração, transmissão e distribuição de energia - <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/brazil-power-generation-transmission-and-distribution-infrastructure#:~:text=Power%20Generation%2C%20Transmission%20and%20Distribution,Infrastructure>



## Secretaria de Relações Institucionais

### **Presidente**

Luiz Inácio Lula da Silva

### **Vice-Presidente**

Geraldo Alckmin

### **Secretaria de Relações Institucionais**

### **Ministro de Estado**

José Guimarães

### **Secretário-Executivo**

Marcelo Costa

### **Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável**

### **Secretária-Executiva**

Raimunda Monteiro

### **Diretora de Programa**

Maria Alice Vieira

### **Coordenador-Geral de Agenda**

Bruno de Vasconcelos Araujo

### **Coordenadora de Gestão Interna**

Raissa Karen Carvalho

### **Gerentes de projeto**

Cristina dos S. Caetano

Giancarlo Gama

Glenda Cristine Corrêa

João Vitor Salgado

Juliana Gaspar

Lucas Carames

Roseli Teixeira Alves

Rosângela Hilário

### **Equipe Técnica**

Iolanda Lopes Carneiro

Regiani Cristina Ribeiro

Lucinete Lima

Lígia Valadão

Valéria Barcellos

Alberto Lourenço

Pedro Tomaz

Marcos Aurélio Santos de Souza

### **Estagiários**

Daniele Ferreira

Lucas Cancelli

### **Apoio**

Nara Kohlsdorf

Nikolas Passos

### **Projeto Gráfico**

Daniel Mascarenhas S. de Farias

### **Diagramação**

Gustavo Cockell

